

**PERFORMANCES CULTURAIS
(IN)CONTEXTO DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

**THAIS CARNEIRO HAMADA*
SAINY COELHO BORGES VELOSO****

RESUMO: Este artigo apresenta dados e análises de uma investigação qualitativa na modalidade estudo de caso, desenvolvida dentro do Programa Institucional de Iniciação Científica, que teve como foco analisar as *performances* desempenhadas por uma adolescente vítima de violência sexual, em Goiânia, e do drama social no qual está imersa. A investigação ocorreu de maneira teórica e prática. A teórica se baseou em: Victor Turner (1974, 2008), Richard Schechner (2012), Erving Goffman (1985), Marilena Chaui (1985), Maria Amélia Azevedo (2008), entre outros. A prática ocorreu em casa de convivência.

Palavras-chave: *Performances* culturais, violência sexual, drama, liminaridade, atores sociais.

INTRODUÇÃO

A investigação que deu origem a este artigo ocorreu de maneira teórica e prática. A teoria recaiu em autores como Victor Witter Turner Glasgow (1974, 2008), Richard Schechner (2012), Erving Goffman (1985), Marilena de Souza Chaui (1985), Maria Amélia Azevedo (2008), Eva Teresinha Silveira Faleiros (2000) e Marceline Gabel (1997).

Estabelecemos com Turner, Goffman e Schechner diálogos para embasar situações constatadas no contexto observado dentro da perspectiva abordada pelos autores, ou seja, no que diz respeito às *performances* culturais desempenhadas pelos atores que expõem o drama social observado. Portanto, as ideias de Chaui, Azevedo, Faleiros e Gabel foram a base para análise do contexto de violência sexual.

*Faculdade de Artes Visuais/UFG, graduanda em Licenciatura em Artes Visuais, bolsista do Programa de Iniciação Científica, financiado pela CAPES/FAPEG.

** Profa. Dra. Faculdade de Artes Visuais (FAV), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil. Atua no Mestrado interdisciplinar em Performances Culturais da Escola de Música e Artes Cênicas – EMAC/UFG.

As *performances* surgem a partir de um drama social. Drama entendido como tensão, conflito, falta de harmonia dentro da vida social, ou mesmo da quebra de alguma estrutura de ação social padronizada (Turner, 1974). Assim podemos entender o drama social como uma dinâmica movente do social, que reconfigura lugares e papéis sociais, nas práticas e procedimentos cotidianos. As *performances* surgem na tentativa de sanar os dramas surgidos no social na atuação de papéis “desempenhados de acordo com um determinado jogo de interesses e poderes” (Velo, 2014: 196). Para compreender as *performances* desempenhadas nesse contexto, observamos uma adolescente que tinha quinze anos, no início da pesquisa, em seus espaços de convivência: o lar que a abriga, a escola na qual estuda e um espaço para pessoas especiais que frequenta. Trataremos por M a adolescente que observamos, para preservar sua identidade e segurança. Pelo mesmo motivo, chamaremos de Casa o lar que a abriga.

A Casa é uma entidade filantrópica, que se mantém de doações e do apoio da prefeitura mediante uma parceria firmada com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e também com o estado, que fornece pão e leite e a isenção de água e luz. Grande parte da verba da instituição vem de doações de roupas, alimentos, dinheiro, trabalhos voluntários e dos eventos promovidos pela instituição.

A Casa recebe crianças que são internas e não internas. Neste caso, funciona como abrigo e creche, respectivamente. O número de crianças internas é variável. Com estrutura para receber até sessenta crianças hoje, há quatro internas de diferentes idades. Pelo estatuto da Casa de Amparo, as crianças só podem ser mantidas em casas como essa até completar 14 anos. Após essa idade elas são enviadas, pelo juizado, a outros espaços ou instituições, ou voltam para a família.

Após imersão em campo, constatamos que M é portadora de deficiência intelectual e retardamento mental grave.³ Diante disso, ampliamos nosso embasamento teórico e as visitas a campo, de modo a considerar todas as particularidades por nós identificadas na adolescente.

As análises da investigação aqui apresentadas trazem elementos para compreender as *performances* desempenhadas por M e por algumas pessoas cujos papéis influenciam

³ Diagnóstico dado por uma neuropsicóloga do Juizado da Infância e da Juventude, em 8 de setembro de 2010.

diretamente em sua vida. Os dados coletados e as observações feitas são apresentados em forma de relato e analisados dentro da perspectiva dos estudos de *performances* culturais.

Dentro dos estudos sociológicos, antropológicos e teatrais, compreendemos *performance* como um termo derivado do “antigo *parfournir*, ‘completar’ ou ‘realizar inteiramente’” e refere-se, justamente, ao momento da expressão (Turner apud Dawsey, 2005: 164). Ao discorrer sobre os cinco momentos que constituem uma *erlebnis*, ou experiência vivida, Turner afirma que no quinto momento “a experiência se completa através de uma forma de ‘expressão’” (apud Dawsey, 2005: 164, grifo do autor). Para Turner, a “performance completa uma experiência” (apud Dawsey, 2005: 164).

Para Richard Shechner (2012: 6), a *performance* é inclusiva: “é uma categoria abrangente que inclui brincadeiras, jogos, esportes, o desempenho da vida cotidiana e ritual como parte de um fluido da atividade teatral”. Pelo viés do desempenho da vida cotidiana que observamos, estabelecemos diálogos com os autores acima mencionados. Com Goffman (1985) e Turner (1974), sustentamos a base teórica para analisar o drama social estabelecido na vida de M, tal como os possíveis papéis desempenhados pelos atores envolvidos.

O ESTADO DE GOIÁS E GOIÂNIA: A VIOLÊNCIA SEXUAL EM GRUPOS FRAGILIZADOS

A violência contra a criança e adolescente tem sido ato constante em nossa sociedade. Cotidianamente, vemos nos jornais, telejornais, noticiários, rádio e internet notícias diferentes tipos de violências sofridas pelas crianças. Dentre elas, destacam-se a violência sexual, os maus-tratos e o abandono familiar.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2014 foram registrados 47.646 casos de estupro e 4.897 casos de tentativa de estupro no Brasil. Contudo, considera-se que em média apenas 35% dos casos são notificados. Em Goiás, houve 612 casos de estupro e 197 tentativas de estupro em 2014. Em Goiânia foram registrados 126 estupros no mesmo ano.

No Gráfico 1, a seguir, pode-se visualizar a quantidade de casos de estupro registrados pela Polícia Civil do Estado de Goiás nos anos de 2013, 2014 e 2015, no estado, na capital Goiânia e na cidade vizinha Aparecida de Goiânia.

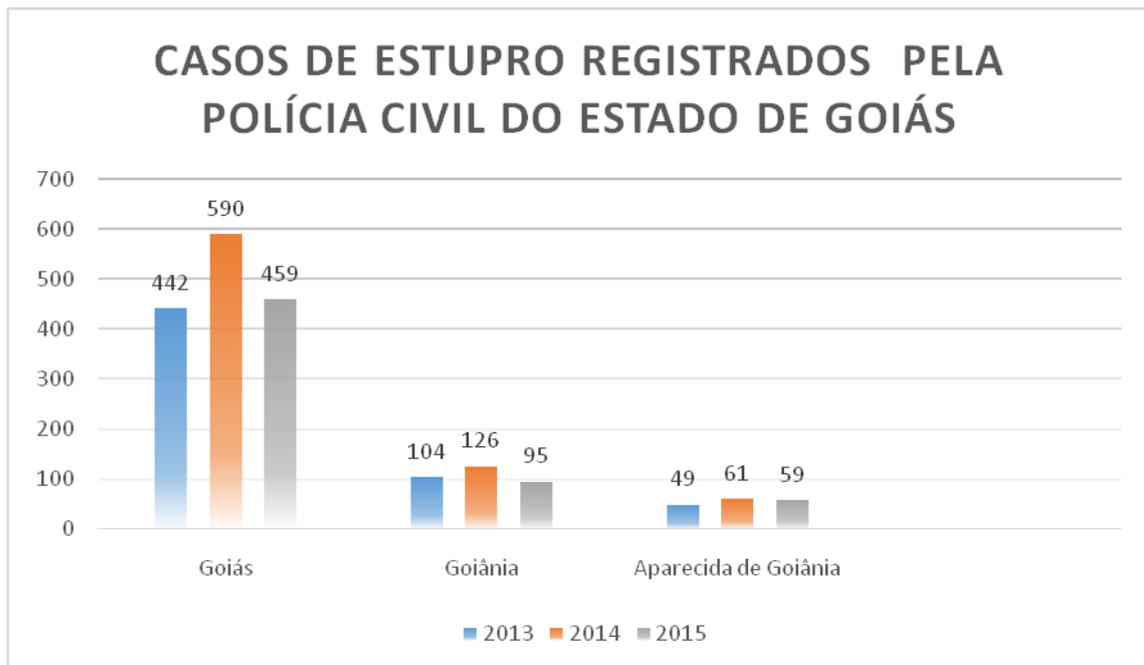


Gráfico 1 - Os dados estatísticos estão disponíveis nos *sites* da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, no *link* <http://www.ssp.go.gov.br/estatisticas/estatisticas-ssp.html>; e no *site* do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – <https://www.sinesp.gov.br/estatisticas-publicas>.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República⁴ (SDH/PR) em 2015 registrou, no período de janeiro a abril, 6.203 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. No mesmo período deste ano, 2016, foram registradas 4.953 denúncias contra o mesmo crime. Os dados apontam que a maioria das vítimas é do sexo feminino, de todas as idades. Os suspeitos, em sua maioria, são homens. Em geral a violência aconteceu dentro do ambiente familiar da criança e/ou do adolescente.

Os dados coletados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO) coincidem com os dados coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). Contudo, os números disponíveis pelas Secretarias de Segurança Pública parecem pequenos diante da quantidade de

⁴ Dados disponíveis em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/maio/disque-100-recebe-quase-cinco-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-nos-primeiros-quatro-meses-de-2016>>. Acesso em: 16/07/2016 às 22:07h.

denúncias feitas por meio do Disque 100 (Canal de denúncias da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República), como mostram os dados citados acima.

Para Marilena Chaui (1985: 35) a violência se caracteriza:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Desse modo, a violência se caracteriza antes mesmo do contato físico, uma vez que a dominação, a exploração e a opressão se mostram evidentes no ato sexual. Maria Amélia Azevedo (2008: 10-11) considera que violência sexual:

Configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa.

Diante dessa afirmação, salienta-se o fato de que a violência sexual não se configura apenas pelo ato sexual, mas pelos modos de persuasão, pela violência psicológica, emocional a que é exposta uma criança. A violência sexual deixa marcas tão profundas que muitas vezes ficam invisíveis a olho nu, como afirma Marceline Gabel (1997: 9):

No entanto, não há certeza alguma de que os abusos sexuais deixem, em todas as crianças, marcas tão profundas ou indelévels: talvez sejam mais a vulnerabilidade, a idade da criança, a repetição e o tipo do abuso ou o silêncio em torno da criança que fundamentam a gravidade do traumatismo.

Diferente dos abusos contra adultos, os abusos contra a criança acontecem por parte de alguém, geralmente, muito próximo. Muitas vezes, alguém que as deveria proteger. Ademais, os abusos costumam vir acompanhados de ameaças.

De acordo com Eva Teresinha Silveira Faleiros (2000), a violência sexual contra crianças se manifesta em todas as classes sociais de forma articulada ao nível de desenvolvimento civilizatório da sociedade. Tem relação com a concepção de sexualidade humana, compreensão sobre as relações de gênero, posição da criança e o papel das famílias

no interior das estruturas sociais e familiares. Dessa forma, deve-se entendê-la “em seu contexto histórico, econômico, cultural e ético” (Faleiros, 2000: 17).

M E OS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA

M tem 16 anos, é branca, seus cabelos são ondulados e os mantém bem curtos. Têm dentes tortos, espinhas, come as unhas e gosta de diademas, batons, brincos e esmaltes. Adora música, canta e dança. Não sabe cuidar bem de sua higiene pessoal, tem muitos piolhos e ainda não sabe diferenciar dor de barriga de cólica menstrual. Mede em torno de 1,70 m, gosta da cor rosa, de assistir a novelas, de ouvir histórias, mas tem vergonha de dizer que ainda não sabe ler e escrever. M não sabe se cuidar sozinha, não cozinha, não trabalha. Sonha em ser cantora.

M nasceu em 2000. Até os 7 anos morou com a avó materna, que era alcoólatra. A menina, filha mais velha, sofria maus-tratos, era negligenciada em seus cuidados, e tentaram estuprá-la. Na ficha de M, arquivada na Casa, não consta número de processo que se refira à violência sexual sofrida por ela. Também não consta o nome do agressor, a idade que tinha quando o fato aconteceu, nem detalhes sobre a forma como ocorreu.

A mãe de M era andarilha. Por isso, ficava aos cuidados de sua avó, que era negligente quanto aos cuidados da menina. Não se tem conhecimento sobre o paradeiro do pai. Aos 8 anos, M foi recolhida pelo conselho tutelar da cidade onde morava, no interior de Goiás, e com a mesma idade chegou à Casa, por meio do Juizado da Infância. O irmão mais novo de M, na época com mais ou menos 5 anos, também foi retirado dos cuidados da família e levado para um abrigo. Os pais de M responderam a processo por destituição de responsabilidade. Mas ninguém da Casa sabe falar sobre o desenredo do processo.

Uma das entrevistadas que trabalha na Casa disse que, quando M chegou à Casa, durante várias noites ela acordava no meio da madrugada chorando e gritando: “Para! Me larga! Não! ...”. E quando acordava dizia: “Eu quero a minha mãe!”. De acordo com a entrevistada, M chorava com tanto pesar, que só de vê-la chorar dava vontade de chorar também.

Em 2010, M passou por acompanhamento com uma psicóloga do Juizado da Infância e da Juventude, especializada em neuropsicologia, para quem, de acordo com a diretora e secretária da Casa, M apresentava dificuldades de aprendizagem, agressividade e agitação. Na época, ela já fazia acompanhamento com neuropediatra e tomava antidepressivos.

Para diagnosticar M, a neuropsicóloga coletou dados por intermédio de entrevistas com a coordenação da Casa, pediu relatório escolar, e fez entrevistas também e testes psicológicos com M, tais como: “Escala de inteligência Wechsler para crianças 3ª edição – WISC III”, “técnica projetiva do desenho – H-T-P (casa – árvore – pessoa), de acordo com John N. Buck, Bender”, e outros testes complementares. M foi diagnosticada com uma “possível deficiência intelectual”.

Em 2013, passando pelo atendimento psiquiátrico no serviço ambulatorial onde faz acompanhamento de rotina, o médico psiquiatra que atendeu M a diagnosticou com “retardamento mental grave com alteração de comportamento”. M faz uso de medicamentos controlados. Quando não o faz, seu comportamento se altera e ela fica extremamente agitada e fora de controle.

Desde que chegou à Casa M frequenta um espaço para pessoas especiais, onde faz aulas de natação, dança, letramento e também acompanhamento com a psicóloga do espaço. M nunca relatou para essa psicóloga a tentativa de estupro sofrida. Nem na Casa e na escola falou sobre o assunto. As pessoas que trabalham na Casa acreditam que ela não se lembre do fato. De sua parte, a psicóloga relatou que não sabe dizer se M passou por esse tipo de violência.

Percebe-se que há um hiato de silêncios entre a Casa, a escola e o espaço que M frequenta. Fendas. Fendas que surgem por conta da situação de crise e conflitos de um drama social. Há, portanto, espaços liminares, caracterizados por Victor Turner (1974) como ritos de passagem, os quais correspondem a três etapas: separação, margem (limiar) e agregação. As *performances* culturais buscam, então, sanar as fendas abertas pelo drama social. Para o autor, a fase liminar é aquela em que o indivíduo não está nem de um lado e nem do outro, está no meio, entre, em processo de transição.

Assim se encontra M. Não está inserida no contexto social, em pleno exercício de seus direitos, nem está totalmente abandonada. A violência sofrida por ela é a mesma de

muitas outras crianças e adolescentes que se mantêm em silêncio. E os silêncios são aprofundados pelos demais responsáveis. Por esse motivo, não foi possível saber como M se sente em relação ao abuso sexual sofrido.

Observamos que M é ansiosa. Irrita-se com muita facilidade e geralmente demonstra tristeza. Espera uma visita da mãe e/ou do irmão. É depressiva, se acha feia e sua autoestima é baixa. Contudo, nos questionamos quanto aos fatos que desencadearam essa autoimagem de M: a deficiência, ou a violência sofrida? Ou ambas?

Por estar silenciada ao longo dos anos, a violência, quando questionada e trazida à tona, apresenta e contesta tantos outros casos que também foram silenciados, rupturas que surgiram dentro de uma estrutura social hegemônica e normativa. Apresenta-se, assim, o drama social que, de acordo com Turner (1974), diz respeito aos conflitos estabelecidos por causa de princípios contraditórios.

Por conta das fendas, acreditamos que M tem transitado entre a ruptura e a crise. O contexto em que ela nasceu por si só já evidencia um estado de ruptura que se repete ao ter tido seus cuidados negligenciados e negados. Consequentemente, uma nova ruptura se deu ao sair do espaço familiar, ainda que estabelecido de forma oposta ao conceito e ao que se espera da família.

Várias rupturas se deram sem antes sequer ter sido sanada a crise estabelecida. Ora, M nasceu em um espaço de crise. E antes que esta crise fosse regenerada, outras crises se instauraram diante de novas rupturas dadas em um curto espaço de tempo. Vale assinalar, nesse sentido, que aos 8 anos ela já estava na Casa. Trazer à tona as rupturas é tornar o drama social, não só de M, mas de tantas outras crianças e adolescentes, evidente.

Segundo Turner (2008), os dramas sociais ocorrem em processos sociais em andamento e constituem-se de uma sequência-padrão de estágios. São eles: ruptura-crise-ação corretiva-reintegração. A começar pela ruptura, Turner (2008: 33), afirma que:

A ruptura de relações formais, regidas pela norma, ocorre entre pessoas ou grupos dentro do mesmo sistema de relações sociais [...] Tal ruptura é sinalizada pelo rompimento público e evidente, ou pelo descumprimento deliberado de alguma norma crucial que regule as relações entre as partes. Burlar uma norma deste tipo é um símbolo claro de dissidência. Em um drama social, não se trata de um crime, embora, formalmente, possa parecer muito com um [...] Uma violação dramática pode ser praticada por um indivíduo, certamente, mas ele sempre age, ou acredita agir, em nome de outros indivíduos, estejam eles cientes disto ou não. Ele se vê a si mesmo como um representante, e não como um agente solitário.

A primeira ruptura ocorreu dentro do sistema familiar de M. É norma social que a família deve zelar pelo bem-estar da criança. É evidente, e de conhecimento da família e de demais pessoas da sociedade, que houve um descumprimento da norma, e neste caso, também da lei, considerando os motivos que levaram os órgãos responsáveis pela proteção da criança e do adolescente a retirarem M dos cuidados da família. E se burlar uma norma é símbolo de dissidência, fica claro que M nasceu dentro de um drama já estabelecido, uma vez que seus pais se absolveram dos cuidados com a filha e deixaram-na sob a proteção da avó materna, alcoólatra, que negligenciava em seus cuidados. Esse drama social não só parece um crime, mas se trata de um.

A violação dramática sofrida por M foi praticada: primeiro pela família, que agia em nome dela; depois pela mãe e pelo pai, que agiram em seu nome, deixando-a sob os cuidados da avó; na sequência, consecutivamente, pelo conselho tutelar, que agiu em seu nome retirando-a da casa da avó e da custódia dos pais; pelo juizado, que agiu em seu nome mandando-a para um lar; pelo lar, que agiu em seu nome, não informando a violência sexual sofrida para a escola e nem para o espaço frequentado por M, para auxiliá-la em seu desenvolvimento; pelas psicólogas, que agem em seu nome falando com base em diagnósticos. E aí M retorna para o juizado, que novamente decide e age em seu nome.

M é a única que não fala, não responde e não age por si mesma. O que não lhe falta são representantes. Mas tudo isso parece ser parte de “um ciclo potencialmente infinito de encobrimento, descobrimento, revelações falsas e redescobertas” (Goffman, 1985: 17). No laudo de 2010, apresentado pela neuropsicóloga no teste “Construção e Organização Viso-Espacial”, consta que M tinha dificuldades para diferenciar detalhes essenciais dos não essenciais e foi sugerida baixa habilidade construtiva na organização perceptual e visual.

Diante disso, vale registrar que, em um dia de visita a campo, M me levou até um mural onde estava exposto um desenho do meu rosto. A professora de artes da escola havia feito, atendendo a pedido de M. Para que a professora fizesse o desenho, M me descreveu.

Se há seis anos M não conseguia diferenciar detalhes e tinha baixa habilidade na construção da organização visual, naquele momento ela provou ter se superado e demonstrou ter ótima habilidade de descrição, assim como uma ótima memória visual. Nesse sentido,

convém lembrar que, para Turner (2008: 31), dentro do drama social, há estruturas temporais e atemporais, e que “esquemas cognitivos sejam, eles mesmos, o resultado de um processo mental e possuem qualidades processuais”. Não existem laudos posteriores afirmando que M tenha evoluído cognitivamente, nem se ela recebeu os estímulos necessários para seu desenvolvimento, como cita o laudo elaborado pela neuropsicóloga. Ao longo de quase seis anos M mostrou avanços em alguns aspectos, sobretudo no que diz respeito à construção perceptiva visual, como pudemos apurar. No mesmo laudo, a conclusão é que M deveria ser encaminhada para reabilitação cognitiva e acompanhamento psicoterápico. E que uma equipe multidisciplinar da escola deveria acompanhar M, oferecendo-lhe apoio individualizado.

Na “sociedade espetacular” (Debord, 1997) em que vivemos, com normas que sugerem modelos de família, sistemas familiares perfeitos, com leis inclusivas e ações afirmativas, M tem seus direitos violados por toda uma estrutura inserida em um processo cíclico de violência e negligência. O sistema é composto de atores que a todo tempo performam dentro de um jogo com base em interesses que parecem mais ser próprios do que de M. É passada assim uma imagem de colaboração entre microestruturas organizacionais por intermédio de fachadas e adereços. O costume de assim o fazer parece ter se tornado rapidamente um ritual, em que cada ator desempenha o papel que lhe foi atribuído.

Para tanto, importante citar Schechner (2012: 49), que assim se refere sobre *performances*:

Performances consistem de comportamentos duplamente exercidos, codificados e transmissíveis. Esse comportamento duplamente exercido é gerado através da interação entre o jogo e o ritual. De fato, uma definição de performance pode ser: comportamento ritualizado condicionado/permeado pelo jogo.

Nota-se que no contexto observado existe uma relação hierárquica, de poder, em que o poder judiciário manda, a Casa obedece e M sofre as consequências. Evidência disso é que até o momento M não sabe ler e nem escrever, o que a deixa nervosa e lhe causa frustração. Sempre que M é contrariada, são visíveis seu nervosismo, inquietude e agressividade.

Mesmo não tendo sido alfabetizada, M está cursando o 1º ano do ensino médio. No final de 2015, tendo concluído o 9º ano, a escola queria aprová-la, tendo em vista a necessidade de manter certo índice de aprovações. A direção da Casa, no entanto, solicitou

que a escola não o fizesse, alegando que ela não demonstrava condições cognitivas de ir adiante. Como a escola se mostrava resistente, a direção da Casa, então, solicitou a interferência do juizado na decisão. M foi encaminhada para consulta com a psicóloga do juizado, que atestou estar M apta a ingressar no ensino médio.

Por não saber ler e escrever, M se sente inferior aos seus colegas. Relata que não gosta de ir para a escola porque os colegas a chamam de gorda e burra. Por conta de conflitos, já houve momentos de agressão praticada por M a um colega e também a uma professora em sala de aula.

Outros conflitos são evidenciados no contexto escolar. Fendas aparecem e contribuem para a ampliação da crise. A direção e o professorado da escola desconhecem os traumas de M.

M tem acompanhamento individual uma vez por mês em um bairro próximo à escola e à Casa. Mas não conta com uma equipe multidisciplinar, como sugeriu a neuropsicóloga. A situação de violência ocorrida dentro dos sistemas contidos na estrutura do drama social parece ser um “segredo”, como descreve Goffman (1985: 132):

[...] há aqueles que são muitas vezes chamados segredos "indevassáveis". Consistem em fatos relativos à equipe que esta conhece e esconde, sendo incompatíveis com a imagem de si mesma que procura manter diante de seu público.

O Estado exhibe suas escolas com fachadas e adereços, e os atores envolvidos desempenham *performances* cínicas, sejam eles condizentes ou não com suas representações, passando, ou tentando passar, uma impressão de realidade. Goffman (1985: 26) afirma que "um indivíduo cínico pode enganar o público pelo que julga ser o próprio bem deste, ou pelo bem da comunidade, etc.". Não seriam, aqui neste estudo, os casos do Estado, da escola e do judiciário? Goffman (1985: 29) diz que fachada “é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação”. Compreendemos, assim, como fachada os títulos de formação, os cargos ocupados na sociedade. E no que concerne ao Estado, fazemos uma analogia às placas que anunciam os “altos índices” de aprovação das escolas. Tudo não passa de uma mera impressão.

M está com sua sexualidade aflorada. Ela fala muito de garotos. Mexe com eles. Chama. Grita. Na Casa, todos temem que M engravide, por não terem controle sobre ela nos momentos em que está fora da Casa. Ela não faz uso de nenhum método contraceptivo. Após o juizado ordenar que todas as meninas das instituições que abrigam crianças e adolescentes, em Goiânia, fossem levadas ao ginecologista, M foi atendida. De acordo com a diretora e secretária da Casa, foi colocada para o médico a preocupação com os riscos de uma possível gravidez. Mas o médico afirmou que essa era uma preocupação à toa. Para ele, M não precisava tomar anticoncepcional. Uma conversa com ela seria suficiente.

A pergunta que recai sobre a ação performática desse médico é: que papel social ele representa?

Para tanto, convém assinalar que esse médico sequer conhece o histórico da jovem paciente. Teria esse médico a compreensão que mulher também tem desejos sexuais como os homens? E se acontecer uma gravidez, o problema seria só da mulher? Como se vê, trata-se de um descaso total com a adolescente. Por fim, para onde irá uma jovem mulher com uma criança se ela mesma após completar dezoito anos não terá para onde ir?

O problema é da mulher? Da mulher que a gerou? Da mulher que gerou sua mãe? Das mulheres que também a negligenciaram? O problema é da mulher psicóloga? Da mulher juíza? Da mulher assistente social? Da mulher cuidadora da Casa? O problema da violência é das mulheres, que ainda crianças são retiradas de seus lares, em função dos diversos tipos de violência que sofrem, em grande parte, no contexto observado, por conta da violência sexual?

A vítima da violência sexual sempre será vítima. Contudo, a exposição dos fatos e do crime, muitas vezes, coloca a vítima em situação de (re)vitimização. Isso porque, em virtude de preconceitos e discriminações sexistas, a vítima volta a sofrer outras formas de violência. No caso de M, como ela não fala sobre o assunto, não é possível saber se ela se lembra da violência sofrida. Mas a *performance* que ela desempenha diante de rapazes que lhe chamam a atenção pode colocá-la em situação de risco. Sua sexualidade está aflorada. Um rapaz de cultura machista, querendo afirmar-se, poderá ver em M uma possibilidade de simplesmente satisfazer seus desejos sexuais. E tendo consumando o ato sexual, argumentar que ela sabia muito bem o que é sexo e o que estava fazendo. Além disso, poderá seguir utilizando essa

justificativa, como meio de manter relações sexuais com uma adolescente que sequer diferencia cólica menstrual de dor de barriga.

Os dados de realidade levam a pensar que, "quando um indivíduo se apresenta diante de outros, consciente ou inconscientemente projeta uma definição da situação, da qual uma parte importante é o conceito de si mesmo" (Goffman, 1985: 221-222). Se o que a M demonstra entender por ela mesma remete à sua formação como indivíduo que se sente vítima e que como ator social representa o papel de pessoa vitimizada quando lhe convém, o que as demais apresentações e representações dos atores envolvidos evidenciam?

Os atores da Casa e da escola nada mais são que uma equipe, o que, para Goffman (1985: 78), é um "grupo de indivíduos que cooperem na encenação de uma rotina particular". Os atores envolvidos nesses espaços, mesmo sabendo o que acontece lá dentro, apresentam e representam papéis, desempenhando, assim, *performances*, porque precisam manter uma impressão de realidade para continuarem se beneficiando de alguma coisa. Diante da situação, "se a equipe quiser manter a impressão que está causando deve, então, estar segura de que nenhum indivíduo terá permissão para pertencer, ao mesmo tempo, a ela e à plateia" (Goffman, 1985: 90). Por isso, a maioria dos voluntários da Casa, das pessoas que fazem doações, dos responsáveis pelos estudantes da escola, da sociedade de modo geral não percebe o que acontece nos bastidores do que veem.

Esses espaços são palcos e ao mesmo tempo bastidores, pois a cena varia de acordo com a presença de novos atores ou plateia. Vale o registro de que por bastidor compreende-se "o lugar, relativo a uma dada representação, onde a impressão incentivada pela encenação é sabidamente contradita como coisa natural" (Goffman, 1985: 106). Evidentemente, são os jogos de interesses que permeiam as estruturas desse drama social e que atingem unicamente a vítima, em vários momentos, (re)vitimizada por vários segmentos sociais.

CONCLUSÃO

O drama social em que M está inserida nos dá a impressão de ficar cada vez maior, à medida que o tempo passa. Ela parece não chegar à ação corretiva, que é a terceira fase da estrutura de drama social, como proposto por Turner (2008), e conseqüentemente não chega à

reintegração, quarta e última fase, quando ocorre uma reconciliação das partes e, portanto, o conflito é solucionado.

Não foram apenas a violência sexual, os maus-tratos, a negligência que causaram fendas na vida de M. A própria Casa, o juizado da infância, a escola e a comunidade, todos os atores envolvidos nesse drama social cooperam para que as partes não se reintegrem. Uma coisa leva à outra e M está o tempo todo condicionada às decisões de quem a representa. Por ser menor de idade, e cognitivamente e legalmente incapaz de decidir por si mesma, somos incapazes de apontar a gravidade da violação dramática que M sofre diariamente, diante de tantas evidências de falta, de indiferenças, de insensatez, de descuido.

Ressaltamos que ao pesquisar sobre esse público foi impossível não nos envolver pessoalmente. Difícil não se entregar de alguma forma. Desse modo, dedicamos um pouco do tempo e da atenção para uma conversa que não tivesse como objetivo coletar dados. Não nos coube representar, perante a situação, o indivíduo cínico.

O contexto observado, um recorte dentro de um espaço maior, propicia constatar as *performances* desempenhadas por muitos homens na cidade de Goiânia. Os comentários ofensivos dirigidos às mulheres foram observados cotidianamente em espaços de periferia e classe alta. Termos de baixo calão são utilizados para constranger e violentar emocional e psicologicamente mulheres de todas as idades, não importando se são crianças ou idosas.

Homens que exercem papéis de empresários, pedreiros, motoristas, professores, médicos, dentistas, lixeiros, estudantes, músicos, políticos, cristãos e de demais perfis profissionais. Jovens, adultos e idosos. Indo para o trabalho, no trabalho, na escola, na faculdade, no ônibus, na rua, voltando para casa, em casa. “Gostosa”, “delícia”, “safada”, “piranha”, “vagabunda”, “rabuda”, “princesa”, “ô lá em casa”. Solteiros e casados. Independente da classe social, raça, crenças e nível de informação, homens de todos os tipos violentam meninas, adolescentes, mulheres, todos os dias.

Performam e desempenham o papel do ator cínico. Como refere Goffman (1985: 25-26), o indivíduo cínico é aquele que "não crê em sua própria atuação e não se interessa em última análise pelo que seu público acredita". Não importam, assim, elas. Nós. O cínico não se convence do que ele mesmo representa. Mas não se interessa pelo que sua família e amigos

– plateia – acreditam. Porque convém utilizar diferentes máscaras para diferentes *performances* desempenhadas no dia a dia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia. *Bibliografia seletiva anotada sobre prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes (2000-2007)*. São Paulo: LACRI, 2008.

CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: _____. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-62.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. *Estatísticas criminais*. Disponível em: <<https://www.sinesp.gov.br/estatisticas-publicas>>. Acesso em: 17/07/2016 às 01:23h.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/maio/disque-100-recebe-quase-cinco-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-nos-primeiros-quatro-meses-de-2016>>. Acesso em: 17/07/2016 às 01:32h.

DAWSEY, John C. Victor Turner e antropologia da experiência. *Cadernos de Campo* – revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP, São Paulo: USP, FFLCH, n. 13, ano 14, p. 163-176, 2005.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FALEIROS, Eva T. S. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Thesaurus, 2000.

GABEL, Marceline. *Crianças vítimas de abuso sexual*. Tradução: Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução: Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOIÁS. Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária. Ocorrências prioritárias e produtividade. Relatório Estatístico 2013, 2014 e 2015. Disponível em: <<http://www.ssp.go.gov.br/estatisticas/estatisticas-ssp.html>>. Acesso em: 17/07/2016 às 01:46h.

SCHECHNER, Richard. *Antropologia e performance de Richard Schechner*. Seleção de ensaios organizada por Zeca Ligério. Tradução: Augusto Rodrigues da Silva Junior. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

TURNER, Victor W. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Tradução: Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Tradução: Fabiano de Moraes. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

VELOSO, Sainy C. B. Entre Tablados e Arenas: Performances Culturais. *Urdimento – Revista de estudos em artes cênicas*, Florianópolis, v. 2, n. 23, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573102232014181>>. Acesso em: 28/05/2016.